PORTARIA Nº 2753/2024-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/01/1994, ANA CLARA BARBOSA CASTELLO BRANCO, para o cargo de Assessor Ministerial, a contar de 02/05/2024.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 30 de abril de 2024.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EM EXERCÍCIO

Protocolo: 1068764

EXTRATO DA PORTARIA N. 035/2024-MP/PJSDA

Ref.: Procedimento Administrativo nº 09.2024.00001537-2

A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA, com fundamento no art. 31 da Resolução n. 007/2019-CPJ, de 6 de junho de 2019, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo Nº 09.2024.00001537-2, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de São Domingos do Araguaia, localizada à Av. Jarbas Passarinho, nº 239, Centro, São Domingo do Araguaia, e-mail: mpsaodomingosdoaraguaia@mppa.mp.br.

PORTARIA nº 035/2024-MP/PJSDA

Polo Ativo: Maria Rosa Souza da Silva

Polo Passivo: município de São Domingos do Araguaia; Estado do Pará; secretaria de estado de saúde pública; secretaria municipal de saúde de São Domingos do Araguaia

Objeto: "Assegurar à paciente M.R.S.D.S. o procedimento, no olho esquerdo, denominado facectomia com lente intra-ocular e focoestimulação, junto à rede de Saúde

Pública"

São Domingos do Araguaia/PA, 25 de abril de 2024.

GILBERTO LINS DE SOUZA FILHO

Promotor de Justiça Titular de São Domingos do Araguaia

Protocolo: 1068775

Extrato da Recomendação nº 02/2024-MP/PJMoc

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por seu Promotor de Justiça desta Comarca infra firmada, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 129, III da CF/88, art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85, art. 26, I da Lei nº 8.625/93 e art. 52, VI, da Lei Complementar Estadual nº 57/2006; torna pública a expedição da Recomendação nº 02/2024-MP/PJMoc que se encontra à disposição para os interessados nesta Promotoria de Justiça de Mocajuba, situada na Travessa Sete de Setembro, s/n, Prédio do Fórum, Bairro Centro, CEP 68.420-000, Mocajuba/PA – Telefone e Whatsapp: (91) 98401-1796 - e-mail: mp-mocajuba@mppa.mp.br.

Recomendação nº 02/2024-MP/PJMoc

Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000215-4

Destinatários: Município de Mocajuba/PA e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Assunto: Recomendação Ministerial. I) Ao Sr. Prefeito Municipal de Mocajuba e ao Secretário Municipal de Obras, Desenvolvimento e Meio Ambiente, diante da inércia quanto a instalação do conselho de meio ambiente: 1. Busquem atuação subsidiária de outros entes federativos, nas ações administrativas decorrente do exercício de sua competência comum relativas a preservação do meio ambiente, conforme é previsto nos art. 2ª, inciso III c/c art. 5º c/c art. 15, inciso II c/c art. 16, todos da Lei Complementar 140/2011;

Thiago Takada Pereira – Promotor de Justiça titular de Acará/PA, respondendo pela Promotoria de Justiça de Mocajuba/PA.

Protocolo: 1068911

PORTARIA 001/2024**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ELEITORAL**

O Ministério Público Eleitoral nesta Zona, no uso de suas atribuições legais e na forma como dispõe os arts. 37, § 1º e 127 da Constituição Federal/88, Lei Complementar Federal nº. 75/93; Lei Federal 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); Lei Federal nº. 9.504/97 (Lei das Eleições) e demais disposições legais aplicáveis à espécie:

RESOLVE:

1 - Instaurar o Procedimento Administrativo Eleitoral SAJ 09.2024.00001389-6, para fiscalizar e evitar situações que venham ferir o processo eleitoral, gerar desigualdade nas eleições e com o escopo de fazer cumprir os Princípios Administrativos Constitucionais, evitando assim condutas vedadas no decorrer do processo eleitoral.

Lilian Nunes e Nunes

Promotora de Justiça da 107ª Zona Eleitoral de Ananindeua

Daniel Braga Bona

Promotor de Justiça da 72ª Zona Eleitoral de Ananindeua

Protocolo: 1068929

Nº MP: 09.2024.00001521-7**Ação: Procedimento Administrativo****PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**

Considerado o lapso temporal decorrido sem que houvesse solução do caso, forte no art. 8º, inciso III (III – apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis;), da Res/CNMP nº. 174/2017, converto o presente em PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

OBJETO: Apurar situação de risco envolvendo pessoa idosa.

Belém, 24 de abril de 2024.

EMÉRIO MENDES COSTA

1º Promotor de Justiça de Mosqueiro, convocado.

Protocolo: 1068887

Nº MP: 09.2024.00001440-7**Ação: Procedimento Administrativo****PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**

Considerado o lapso temporal decorrido sem que houvesse solução do caso, forte no art. 8º, inciso II (II – acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições), da Res/CNMP nº. 174/2017, converto o presente em PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

OBJETO: Apurar a falta de transporte público nas Comunidades do Caruara e Mari-Mari.

Belém, 26 de abril de 2024.

EMÉRIO MENDES COSTA

1º Promotor de Justiça de Mosqueiro, convocado.

Protocolo: 1068897

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº. 001/2024**Procedimento Administrativo Eleitoral nº. 09.2024.00001389-6**

O Representante do Ministério Público Eleitoral nesta Zona, no uso de suas atribuições legais e na forma como dispõe os arts. 37, § 1º e 127 da Constituição Federal/88, Lei Complementar Federal nº. 75/93; Lei Federal 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); Lei Federal nº. 9.504/97 (Lei das Eleições) e demais disposições legais aplicáveis à espécie, resolve expedir RECOMENDAÇÃO aos partidos políticos nos seguintes termos:

CONSIDERANDO o disposto no § 10 do art. 19 da Resolução-TSE nº. 23.607/2019, atualizada pela Resolução-TSE nº. 23.665/2021, o qual determina que os recursos oriundos dos fundos públicos destinados a candidaturas femininas e de pessoas negras sejam repassados às respectivas candidaturas até a data final para a entrega das prestações de contas parciais; RECOMENDA aos partidos Políticos, em relação às Eleições Municipais de 2024, que:

a) ao votarem os critérios de distribuição de recursos do FEFC para candidaturas de mulheres e pessoas negras, ainda que sem desconsiderar a autonomia partidária para a seleção dos parâmetros de divisão dos recursos, o façam de forma detalhada, com a indicação dos critérios utilizados, inclusive para seleção dos municípios que serão contemplados com recursos do FEFC;

b) identifiquem quais serão os valores e/ou percentuais destinados a cada município, quais cargos/candidaturas serão contempladas com os recursos e quais serão os valores e/ou percentuais destinados a cada candidatura;

c) deem publicidade, conferindo a necessária transparência, aos critérios adotados para a distribuição dos recursos originários dos fundos públicos, especialmente em relação às candidaturas que são contempladas por critérios legais específicos, ou seja, candidaturas femininas e de pessoas negras;

d) a transferência dos recursos para as candidaturas femininas e negras ocorra a tempo de serem utilizados nas campanhas;

e) haja um mínimo de recursos destinados individualmente a cada candidatura de mulheres e pessoas negras, de forma a viabilizar condições para a realização de atos de campanha; e

f) realizem a distribuição do tempo de propaganda às candidaturas femininas e negras de forma que essas candidaturas sejam efetivamente levadas ao conhecimento do eleitorado.

Lilian Nunes e Nunes

Promotora de Justiça da 107ª Zona Eleitoral de Ananindeua

Daniel Braga Bona

Promotor de Justiça da 72ª Zona Eleitoral de Ananindeua

Protocolo: 1068960